

Contas Nacionais Trimestrais por Setor Institucional (Base 2006)

3º Trimestre de 2013

Capacidade de financiamento da Economia portuguesa manteve-se em crescimento

No ano acabado no 3º trimestre de 2013, a capacidade de financiamento da economia portuguesa aumentou para 1,8% do PIB (1,6% no 2º trimestre de 2013). À semelhança do trimestre anterior, em larga medida esta evolução refletiu a melhoria do Saldo Externo de Bens e Serviços.

A taxa de poupança das Famílias diminuiu ligeiramente para 13,5% no 3º trimestre de 2013 (13,6% no 2º trimestre de 2013), em resultado da redução ligeiramente mais acentuada do rendimento disponível que a redução do consumo final das Famílias. Ainda assim, a capacidade de financiamento das Famílias manteve-se praticamente inalterada (7,8% do PIB). Os saldos das Sociedades Não Financeiras e das Sociedades Financeiras fixaram-se em -1,9% e 2,1% do PIB no ano terminado no 3º trimestre de 2013, respetivamente.

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas aumentou, passando de 6,1% no ano terminado no 2º trimestre de 2013 para 6,3% do PIB no 3º trimestre de 2013. Nos três primeiros trimestres de 2013, o saldo do setor das AP fixou-se em -5,9% do PIB, o que compara com -6,1% no período homólogo.

O Rendimento Nacional Bruto e o PIB nominal cresceram ambos 0,2%. A Poupança corrente registou um aumento de 2,5% no ano acabado no 3º trimestre de 2013, determinado pelo aumento do Rendimento Disponível Bruto da Nação.

Os custos do trabalho por unidade produzida aumentaram 0,6%, como resultado do maior crescimento da remuneração média (1,1% no 3º trimestre de 2013) que o da produtividade.

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI), relativas ao 3º trimestre de 2013.

Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos, que a seguir se apresentam, referem-se ao ano acabado no trimestre de referência, o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente.

Contas Nacionais – 3º trimestre de 2013

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de Contas Nacionais do Portal do INE.

Capacidade de financiamento da economia aumenta para 1,8% PIB

A economia Portuguesa registou uma capacidade de financiamento de 1,8% do PIB no ano acabado no 3º trimestre de 2013 (1,6% no trimestre anterior). Esta evolução deveu-se essencialmente à melhoria do Saldo Externo de Bens e Serviços, tendo as exportações

1/12



2013: Ano Internacional da Estatística

Promover, à escala mundial, o reconhecimento da Estatística ao serviço da Sociedade

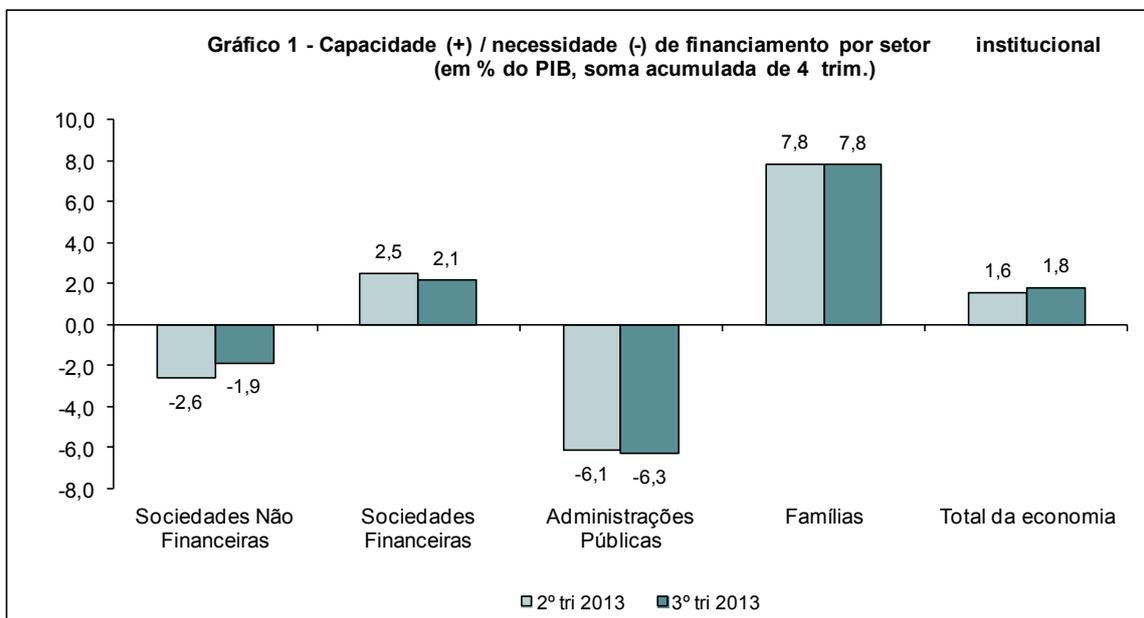
www.statistics2013.org

aumentado 1,6% no ano acabado no 3º trimestre de 2013, o que mais que compensou o aumento de 0,9% das importações.

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) agravou-se, passando de 6,1% do PIB no ano acabado no 2º trimestre de 2013 para 6,3%, traduzindo um aumento da despesa mais acentuado que o aumento da receita. Do lado da receita, os impostos sobre o rendimento registaram o aumento mais significativo, com uma taxa de variação de 4,8% no ano terminado no 3º trimestre de 2013 (6,8% no trimestre anterior). Ao nível da despesa, verificaram-se aumentos em quase todas as categorias, com destaque para o aumento das prestações sociais (taxa de variação de 1,5% no ano acabado no 3º trimestre de 2013) e da aquisição líquida de ativos fixos.

Tomando como referência o valor acumulado dos três primeiros trimestres de 2013, a necessidade de financiamento das AP representou 5,9% do PIB, o que compara com 6,1% em igual período do ano anterior.

Para o conjunto dos restantes setores internos, a capacidade de financiamento representou 8,1% do PIB no ano acabado no 3º trimestre de 2013, o que compara com uma capacidade de financiamento de 7,7% do PIB no trimestre anterior. Este comportamento resultou principalmente da redução na necessidade de financiamento das sociedades não financeiras em 0,7 pontos percentuais (p.p.) do PIB. O gráfico seguinte apresenta a evolução dos saldos dos diversos setores institucionais entre o 2º e o 3º trimestre de 2013.



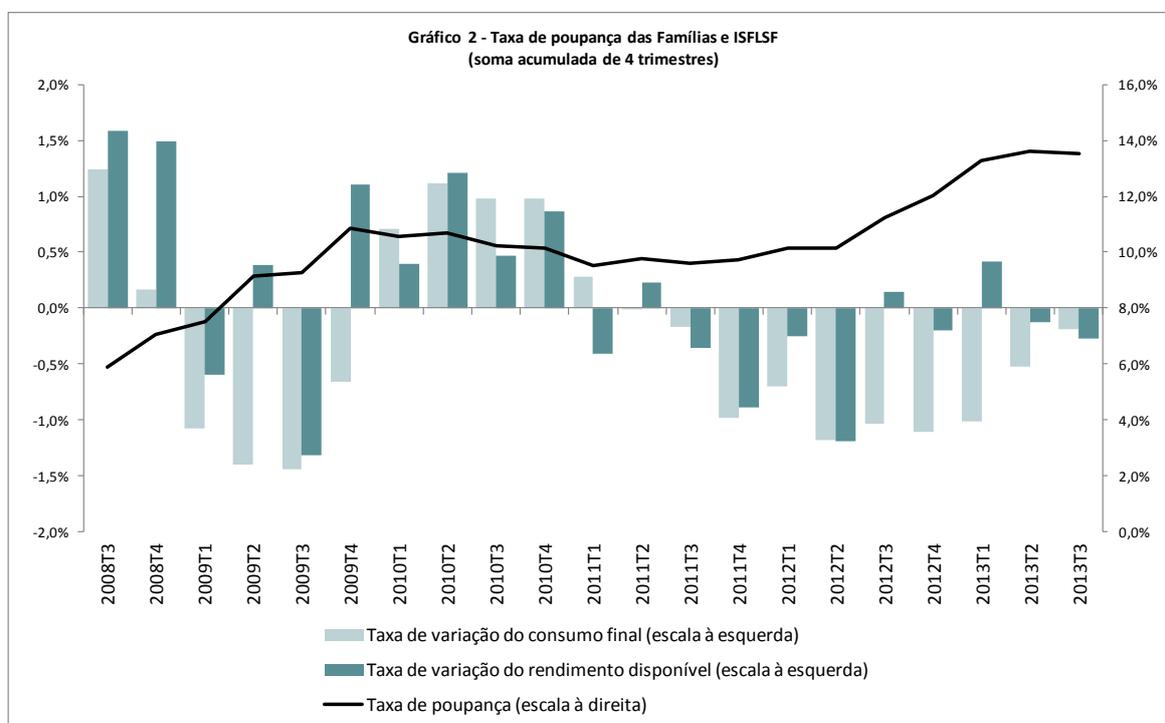
Os saldos das Sociedades Não Financeiras e das Sociedades Financeiras fixaram-se em -1,9% e 2,1% do PIB no ano terminado no 3º trimestre de 2013, respetivamente. A capacidade de financiamento das famílias¹ manteve-se em 7,8% do PIB no ano terminado no 3º trimestre de 2013.

Famílias: a capacidade de financiamento das famílias manteve-se em 7,8% do PIB

A capacidade de financiamento das famílias estabilizou em 7,8% do PIB no ano acabado no 3º trimestre de 2013, apesar da diminuição de 0,9% da poupança corrente. Efetivamente esta diminuição foi praticamente compensada pelo aumento do saldo das transferências de capital e pela redução da Formação Bruta de Capital (FBC) das famílias.

O rendimento disponível e a despesa de consumo diminuíram 0,3% e 0,2%, respetivamente, traduzindo-se num ligeiro decréscimo da taxa de poupança para 13,5% no ano acabado no 3º trimestre de 2013 (13,6% no ano terminado no trimestre anterior).

A diminuição do rendimento disponível foi determinada sobretudo pela evolução do imposto sobre o rendimento pago pelas famílias, que aumentou 5,6% no ano terminado no 3º trimestre de 2013. Como se pode observar no quadro 1, que decompõe a taxa de variação do rendimento disponível pelas suas componentes, os impostos sobre o rendimento registaram um contributo de -0,5 pontos percentuais (p.p.) para a variação do rendimento disponível. Em sentido contrário, as prestações sociais contribuíram com 0,3 p.p. para a variação do rendimento disponível no ano terminado no 3º trimestre de 2013.



¹ Corresponde ao código S1M, nos ficheiros Excel em anexo, incluindo as famílias propriamente ditas (código S14) e as instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (código S15).

As remunerações recebidas diminuíram 0,2% no ano acabado no 3º trimestre de 2013. Este resultado traduz comportamentos diversos das remunerações pagas pelas sociedades não financeiras e pelas AP. No primeiro caso, as remunerações pagas diminuíram 0,5% enquanto as remunerações pagas pelas AP aumentaram 0,8% no ano terminado no 3º trimestre de 2013.

O quadro 2 descreve a composição do rendimento disponível das famílias. Os impostos têm vindo a aumentar o seu peso relativo na composição do rendimento disponível (atingindo 10,0% no ano terminado no 3º trimestre de 2013), parcialmente compensado pelas prestações sociais, que representavam 9,0%.

Quadro 1: Contributos para a variação percentual do rendimento disponível (pontos percentuais, MM4)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Impostos	Prestações sociais líquidas de contribuições sociais	Transferências líquidas recebidas	Rendimento Disponível
2010T1	0,1	0,1	-0,2	0,2	0,2	0,0	0,4
2010T2	0,3	0,3	0,2	0,0	0,3	0,1	1,2
2010T3	0,2	0,2	-0,2	0,1	0,1	0,0	0,5
2010T4	0,1	-0,1	0,9	-0,3	-0,2	0,5	0,9
2011T1	-0,1	0,1	0,3	-0,6	0,1	0,0	-0,4
2011T2	-0,3	-0,1	0,1	0,9	-0,2	-0,1	0,2
2011T3	-0,3	-0,2	0,5	-0,2	0,0	-0,2	-0,4
2011T4	-0,5	-0,1	0,2	-0,8	0,4	0,0	-0,9
2012T1	-0,6	0,0	0,1	0,0	0,4	-0,1	-0,3
2012T2	-1,6	0,0	0,0	-0,2	0,6	0,1	-1,2
2012T3	-0,7	0,2	0,4	0,1	0,1	0,0	0,1
2012T4	-1,7	0,2	0,5	0,7	0,1	0,0	-0,2
2013T1	-0,1	0,0	0,5	-0,5	0,4	0,1	0,4
2013T2	-0,2	0,1	0,2	-0,7	0,4	0,0	-0,1
2013T3	-0,1	0,1	-0,1	-0,5	0,3	0,1	-0,3

Quadro 2: Peso percentual das componentes do rendimento disponível (% , MM4)

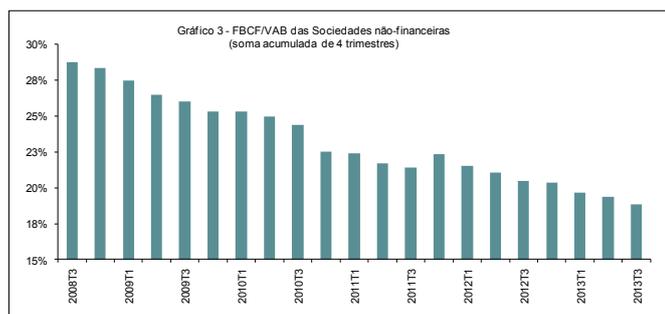
	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Impostos	Prestações sociais líquidas de contribuições sociais	Transferências líquidas recebidas
2010T1	69,6	20,3	8,0	-8,0	6,2	3,9
2010T2	69,1	20,4	8,0	-7,9	6,5	4,0
2010T3	69,0	20,5	7,8	-7,8	6,5	4,0
2010T4	68,5	20,2	8,6	-8,0	6,3	4,4
2011T1	68,6	20,4	8,9	-8,6	6,4	4,4
2011T2	68,1	20,2	8,9	-7,8	6,2	4,3
2011T3	68,1	20,1	9,5	-7,9	6,2	4,1
2011T4	68,1	20,1	9,8	-8,8	6,7	4,1
2012T1	67,7	20,2	9,9	-8,8	7,0	4,0
2012T2	66,9	20,5	10,0	-9,2	7,8	4,1
2012T3	66,0	20,6	10,4	-9,0	7,9	4,1
2012T4	64,5	20,8	10,9	-8,3	8,0	4,1
2013T1	64,1	20,8	11,4	-8,7	8,3	4,2
2013T2	64,0	20,9	11,6	-9,5	8,8	4,2
2013T3	64,0	21,1	11,6	-10,0	9,0	4,3

Sociedades Não Financeiras: taxa de investimento de 18,9% no 3º trimestre de 2013

A necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras fixou-se em 1,9% do PIB no ano acabado no 3º trimestre de 2013 (2,6% no ano acabado no 2º trimestre de 2013).

A redução da necessidade de financiamento deste setor refletiu sobretudo o comportamento favorável do saldo dos rendimentos de propriedade. Adicionalmente observou-se ainda um efeito de base positivo associado à aquisição dos direitos de utilização de frequências da 4.ª geração móvel. Devido à utilização de médias móveis de 4 trimestres, o impacto negativo desta aquisição efetuada no 3º trimestre de 2012 refletiu-se ainda sobre a necessidade de financiamento do ano terminado no 2º trimestre de 2013, o que se traduz numa melhoria do saldo no 3º trimestre.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) das Sociedades Não Financeiras diminuiu 2,5% no ano terminado no 3º trimestre de 2013 (diminuição de 1,4% no 2º trimestre de 2013), enquanto o VAB aumentou 0,2%. Assim, a taxa de investimento (medida através do rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto do setor) manteve a trajetória decrescente, atingindo 18,9% no ano acabado no 3º trimestre de 2013. Esta taxa corresponde ao valor mais baixo da atual série de contas trimestrais por setor institucional iniciada em 1999.



Sociedades Financeiras: diminuição da capacidade de financiamento em 0,4 p.p. do PIB

No ano acabado no 3º trimestre de 2013, o setor das Sociedades Financeiras registou uma capacidade de financiamento de 2,1% do PIB, menos 0,4 p.p. que a registada no ano acabado no trimestre anterior. Este comportamento foi sobretudo determinado pela diminuição do saldo dos rendimentos de propriedade, onde se incluem os juros e dividendos, tendo os rendimentos recebidos e pagos diminuído 7,9% e 5,4%, respetivamente. A poupança corrente deste setor registou uma diminuição de 12,2% (variação de -26,0% no ano acabado no 2º trimestre de 2013).

Setor das Administrações Públicas: défice aumentou 0,2 p.p.

A necessidade de financiamento do setor das Administrações Públicas (AP) registou um aumento de 0,2 p.p. no ano terminado no 3º trimestre de 2013, relativamente ao ano terminado no trimestre anterior, atingindo 6,3% do PIB. Esta evolução da necessidade de financiamento resultou de um aumento da despesa mais acentuado que o aumento da receita (ver quadros 3 e 4).

Todas as componentes da receita corrente aumentaram com destaque para a receita dos impostos sobre o rendimento e património, que registaram um acréscimo de 4,8%. Inversamente, as receitas de capital diminuíram no ano terminado no 3º trimestre.

O aumento da despesa no ano terminado no 3º trimestre de 2013 foi determinado pelo comportamento da generalidade das componentes. Todas as rubricas da despesa corrente, bem como a despesa com investimento, registaram uma variação positiva face ao ano terminado no trimestre anterior. No caso da

despesa com investimento, este aumento atingiu os 24,6%. Contudo, note-se que este resultado se deve essencialmente a um efeito de base na utilização de médias móveis de 4 trimestres, associado ao registo, no 3º trimestre de 2012, da receita do leilão de atribuição dos direitos de utilização de frequências da 4.ª geração móvel contabilizada como uma venda na rubrica Aquisições líquidas cessões ativos não financeiros não produzidos. Ainda assim, a FBCF aumentou 3,5% no ano terminado no 3º trimestre de 2013, resultado que foi sobretudo influenciado pelo subsetor da Administração Regional e Local.

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em cerca de -1.533,3 milhões de euros no 3º trimestre de 2013, correspondente a -3,6% do PIB.

Para o conjunto dos três primeiros trimestres de 2013, o saldo global das AP fixou-se em -7.165,6 milhões de euros, -5,9% do PIB (-6,1% do PIB em igual período do ano passado), como se pode visualizar no quadro 5.

Tal como referido em edições anteriores desta publicação, no apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro

importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por entidades das AP de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.

O quadro 6 sintetiza os principais ajustamentos para a passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional, neste caso na ótica do Procedimento dos Défices Excessivos (ver nota do quadro respetivo). Comparando o 3º trimestre de 2013 com o trimestre homólogo verificou-se uma melhoria significativa do saldo em contabilidade pública, embora o saldo em contabilidade nacional se tenha agravado. Esta situação resulta essencialmente de efeitos de base associados aos ajustamentos na passagem de um saldo ao outro no 3º trimestre de 2012. Um dos principais ajustamentos ocorridos estava relacionado com o pagamento de dívidas de anos anteriores do Serviço Nacional de Saúde, contabilizado como despesa em contabilidade pública, mas que em contabilidade nacional é anulado (linha "ajustamento *accrua*") por já se encontrar registado no momento em que a despesa ocorreu.

Quadro 3: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

 unidade: 10⁶ euros

	2012T3	2012T4	2013T1	2013T2	2013T3
Receitas totais	74,954.7	67,574.3	67,693.8	68,717.4	69,968.5
Receita corrente	66,731.5	65,076.9	65,381.5	66,596.0	68,091.9
Impostos sobre o rendimento e património	16,257.1	15,272.5	15,804.0	16,875.8	17,688.2
Impostos sobre a produção e importação	22,560.6	22,538.7	22,289.6	22,055.7	22,165.6
Contribuições sociais	19,778.4	19,135.3	19,193.0	19,203.7	19,397.6
Vendas	4,642.0	4,608.8	4,598.1	4,567.4	4,683.4
Outras receitas correntes	3,493.4	3,521.7	3,496.8	3,893.4	4,157.2
Receitas de capital	8,223.2	2,497.4	2,312.3	2,121.4	1,876.7
Despesas totais	81,543.2	78,243.8	79,142.5	78,694.9	80,242.1
Despesa corrente	75,879.8	73,426.9	74,005.9	74,577.9	75,649.6
Prestações sociais	37,731.2	37,139.3	37,573.2	37,901.8	38,373.4
Despesas com pessoal	17,606.4	16,510.0	16,580.0	16,759.7	16,888.2
Juros	7,316.1	7,154.2	7,164.7	7,159.0	7,316.9
Consumo intermédio	7,708.8	7,400.2	7,284.4	7,391.2	7,489.3
Subsídios	1,077.1	1,008.5	1,026.1	1,032.9	1,060.1
Outra despesa corrente	4,440.2	4,214.6	4,377.5	4,333.3	4,521.8
Despesa de capital	5,663.4	4,816.9	5,136.6	4,117.0	4,592.5
Investimento ⁽¹⁾	3,002.5	2,480.8	2,203.4	1,951.7	2,432.3
Outra despesa de capital	2,660.9	2,336.1	2,933.2	2,165.4	2,160.2
Saldo corrente	-9,148.4	-8,350.0	-8,624.4	-7,981.8	-7,557.7
Saldo total	-6,588.5	-10,669.5	-11,448.7	-9,977.5	-10,273.5
<i>Por Memória:</i>					
Despesa corrente primária	68,563.78	66,272.63	66,841.20	67,418.84	68,332.73
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	167,309.00	165,107.50	163,669.00	163,619.50	163,887.50
Défice em % PIB	-3.9%	-6.5%	-7.0%	-6.1%	-6.3%

Quadro 4: Taxas de variação das Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas ao ano acabado no trimestre

taxas de variação (%)

	2012T3	2012T4	2013T1	2013T2	2013T3
Receitas totais	-1.5	-9.8	0.2	1.5	1.8
Receita corrente	-1.9	-2.5	0.5	1.9	2.2
Impostos sobre o rendimento e património	-3.6	-6.1	3.5	6.8	4.8
Impostos sobre a produção e importação	-1.6	-0.1	-1.1	-1.0	0.5
Contribuições sociais	-2.3	-3.3	0.3	0.1	1.0
Vendas	2.4	-0.7	-0.2	-0.7	2.5
Outras receitas correntes	-0.2	0.8	-0.7	11.3	6.8
Receitas de capital	1.9	-69.6	-7.4	-8.3	-11.5
Despesas totais	-1.6	-4.0	1.1	-0.6	2.0
Despesa corrente	-0.8	-3.2	0.8	0.8	1.4
Prestações sociais	-1.1	-1.6	1.2	0.9	1.2
Despesas com pessoal	-1.3	-6.2	0.4	1.1	0.8
Juros	-0.5	-2.2	0.1	-0.1	2.2
Consumo intermédio	0.4	-4.0	-1.6	1.5	1.3
Subsídios	-0.6	-6.4	1.7	0.7	2.6
Outra despesa corrente	1.1	-5.1	3.9	-1.0	4.4
Despesa de capital	-11.6	-14.9	6.6	-19.8	11.5
Investimento ⁽¹⁾	-20.1	-17.4	-11.2	-11.4	24.6
Outra despesa de capital	0.5	-12.2	25.6	-26.2	-0.2

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas cessões activos não financeiros não produzidos

Quadro 5: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas

	1º-3º trimestres de 2012		1º-3º trimestres de 2013		Taxas de variação(%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
Receitas totais	48,835.1	39.6	51,229.3	41.9	4.9
Receita corrente	47,332.8	38.3	50,347.8	41.2	6.4
Impostos sobre o rendimento e património	11,142.0	9.0	13,557.7	11.1	21.7
Impostos sobre a produção e importação	16,458.5	13.3	16,085.5	13.2	-2.3
Contribuições sociais	13,967.2	11.3	14,229.5	11.6	1.9
Vendas	3,219.5	2.6	3,294.1	2.7	2.3
Outras receitas correntes	2,545.6	2.1	3,181.1	2.6	25.0
Receitas de capital	1,502.2	1.2	881.5	0.7	-41.3
Despesas totais	56,396.7	45.7	58,394.9	47.8	3.5
Despesa corrente	53,534.7	43.4	55,757.4	45.6	4.2
Prestações sociais	27,119.9	22.0	28,354.1	23.2	4.6
Despesas com pessoal	12,197.1	9.9	12,575.3	10.3	3.1
Juros	5,362.2	4.3	5,524.8	4.5	3.0
Consumo intermédio	5,099.9	4.1	5,188.9	4.2	1.7
Subsídios	625.9	0.5	677.5	0.6	8.2
Outra despesa corrente	3,129.6	2.5	3,436.8	2.8	9.8
Despesa de capital	2,862.0	2.3	2,637.5	2.2	-7.8
Investimento ⁽²⁾	1,546.4	1.3	1,497.9	1.2	-3.1
Outra despesa de capital	1,315.6	1.1	1,139.7	0.9	-13.4
Saldo corrente	-6,201.9	-5.0	-5,409.6	-4.4	
Saldo total	-7,561.6	-6.1	-7,165.6	-5.9	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas cessões activos não financeiros não produzidos

Quadro 6: Passagem de saldos de Contabilidade Pública a Contabilidade Nacional

	Unid: milhões euro	
	2012T3	2013T3
Saldo em contabilidade pública:	-2,373.4	-1,385.7
Ajustamento acrua e delimitação setorial em Contas Nacionais	1,276.6	-251.1
Diferença entre juros pagos e devidos	-356.1	-670.6
Outros valores a receber:	-243.3	-368.1
Outros valores a pagar:	368.4	980.3
Outros ajustamentos:	106.6	211.4
dos quais:		
Injeções de capital	-146.1	-0.7
Saldo em contabilidade nacional (ótica PDE): ⁽¹⁾	-1,221.2	-1,483.9
Em % do PIB	-2.9%	-3.5%

⁽¹⁾ De acordo com o Sistema Europeu de Contas (SEC 95), os fluxos de juros de swaps e de contratos de garantia de taxas (FRA's) são objeto de um tratamento específico no caso dos dados transmitidos ao abrigo do procedimento dos défices excessivos. Esta diferença metodológica reflete-se na diferença entre o saldo "Capacidade/necessidade de financiamento do setor das Administrações Públicas" no âmbito dos quadros do Sistema Europeu de Contas (SEC95), designado Saldo total nos quadros deste Destaque, e o saldo apurado para efeitos do Procedimento relativo aos Défices Excessivos, designado Saldo em contabilidade nacional no presente quadro.

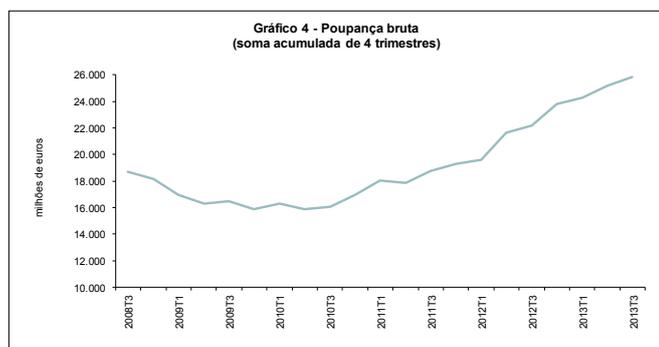
Economia nacional: Rendimento Nacional Bruto com variação positiva no 3º trimestre de 2013

No ano terminado no 3º trimestre de 2013, o Rendimento Nacional Bruto (RNB) registou uma taxa de variação nominal de 0,2%, igual à variação do PIB nominal. Os rendimentos de propriedade (juros e dividendos) com o exterior registaram um saldo menos negativo no ano acabado no 3º trimestre de 2013, observando-se taxas de variação de -1,5% nos rendimentos recebidos e -1,9% nos rendimentos pagos.

Quadro 6: PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2009T1	170 784	-0,7	164 253	-1,0	165 977	-1,0
2009T2	169 165	-0,9	162 514	-1,1	164 149	-1,1
2009T3	168 536	-0,4	162 260	-0,2	163 614	-0,3
2009T4	168 529	0,0	161 665	-0,4	162 825	-0,5
2010T1	169 477	0,6	162 900	0,8	164 008	0,7
2010T2	170 829	0,8	164 095	0,7	165 370	0,8
2010T3	172 313	0,9	165 173	0,7	166 574	0,7
2010T4	172 860	0,3	166 934	1,1	168 297	1,0
2011T1	173 111	0,1	167 627	0,4	169 123	0,5
2011T2	172 884	-0,1	166 562	-0,6	167 968	-0,7
2011T3	172 201	-0,4	166 451	-0,1	167 864	-0,1
2011T4	171 126	-0,6	164 896	-0,9	166 346	-0,9
2012T1	170 735	-0,2	163 964	-0,6	165 469	-0,5
2012T2	168 484	-1,3	162 877	-0,7	164 439	-0,6
2012T3	167 309	-0,7	161 830	-0,6	163 425	-0,6
2012T4	165 107	-1,3	160 563	-0,8	162 405	-0,6
2013T1	163 669	-0,9	159 741	-0,5	161 550	-0,5
2013T2	163 620	0,0	160 175	0,3	162 135	0,4
2013T3	163 888	0,2	160 556	0,2	162 681	0,3

A poupança corrente da economia registou um aumento de 2,5% no ano acabado no 3º trimestre de 2013, resultante do aumento do rendimento disponível bruto (RDB), que registou uma taxa de variação de 0,3% no ano acabado no 3º trimestre de 2013.



A Formação Bruta de Capital (FBC) para o total da economia registou uma diminuição de 0,3% no ano acabado no 3º trimestre de 2013 (diminuição de 1,2% no trimestre anterior). A redução da FBC e o aumento da poupança bruta corrente determinaram o aumento da capacidade de financiamento da economia para 1,8% do PIB no ano acabado no 3º trimestre de 2013 (1,6% no ano acabado no trimestre anterior).

Quadro 7 - Poupança e Capacidade/necessidade de financiamento unidade: % do PIB

Ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Investimento + Aquisições líquidas de activos não financeiros não produzidos	Capacidade/necessidade líquida de financiamento
2009T1	9,9	0,8	22,2	-11,4
2009T2	9,6	1,1	21,2	-10,4
2009T3	9,8	1,2	20,6	-9,5
2009T4	9,4	1,2	20,2	-9,6
2010T1	9,6	1,1	20,2	-9,5
2010T2	9,3	1,0	20,4	-10,1
2010T3	9,3	1,0	20,2	-9,8
2010T4	9,8	1,4	20,2	-9,0
2011T1	10,4	1,5	20,2	-8,3
2011T2	10,3	1,5	19,8	-8,0
2011T3	10,9	1,6	19,4	-7,0
2011T4	11,3	1,5	18,4	-5,6
2012T1	11,5	1,6	17,7	-4,6
2012T2	12,8	1,7	16,9	-2,4
2012T3	13,2	1,8	16,3	-1,2
2012T4	14,4	2,1	16,6	-0,1
2013T1	14,8	1,9	16,0	0,7
2013T2	15,4	2,0	15,8	1,6
2013T3	15,7	1,8	15,8	1,8

Refira-se que ao nível do saldo externo global da economia portuguesa em 2012 ocorreu uma alteração, observando-se agora uma necessidade de financiamento de 0,1% do PIB. Esta alteração traduziu a revisão dos rendimentos primários na Balança de Pagamentos compilada pelo Banco de Portugal, tendo o saldo destes rendimentos sido revisto em baixa em cerca de 516 milhões de euros em 2012 (cerca de 0,3% do PIB).

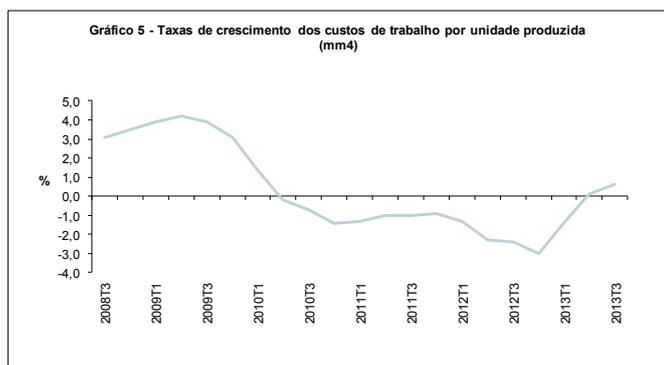
Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) aumentam no 3º trimestre de 2013

No ano acabado no 3º trimestre de 2013, os CTUP aumentaram 0,6% em relação ao período homólogo, o que corresponde ao segundo trimestre consecutivo com uma taxa de variação positiva. Esta evolução foi determinada pelo crescimento homólogo mais elevado da remuneração média (1,1% no 3º trimestre de 2013) relativamente ao crescimento da produtividade média (0,5% no mesmo período). No trimestre anterior, a produtividade e a remuneração média tinham registado variações homólogas de 0,7% e 0,8%, respetivamente.

Revisões das estimativas apresentadas no trimestre anterior

As Contas Trimestrais por Setor Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Relativamente à publicação anterior, referente ao 2º trimestre de 2013, é de destacar:

- (i) Incorporação da versão mais recente da Balança de Pagamentos, com revisões desde Janeiro de 2012, particularmente significativas no caso dos rendimentos primários, cujo saldo foi revisto em baixa em cerca de 516 milhões de euros em 2012 (cerca de 0,3% do PIB);
- (ii) A alteração nos valores de referência das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) (ver “Destaque” de 9 de dezembro passado).





Nota metodológica

Os resultados apresentados (ver quadros nos ficheiros Excel em anexo) correspondem à primeira versão do 4º trimestre de 2012 das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI). Esta versão tem uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões e o tratamento de algumas transações pode ainda ser alterado nomeadamente com a incorporação da informação resultante da compilação de contas anuais.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais por não serem ajustadas de sazonalidade. Caso nada seja indicado em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas (SEC95), sendo de destacar as definições seguintes:

Capacidade/necessidade de financiamento - A capacidade ou a necessidade de financiamento é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo Final – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais com a aquisição de bens e serviços para satisfação direta de necessidades humanas, quer individuais, quer coletivas.

Custos do trabalho por Unidade Produzida (CTUP) – Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como a razão entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – A formação bruta de capital fixo (P.51) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (Investimento) – A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) inclui a FBCF, a Variação de Existências e a Aquisição (líquida de cessões) de Objetos de Valor.

Rendimento disponível – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) – O rendimento nacional bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remunerações de empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração (brutos ou líquidos) e rendimento misto (bruto ou líquido).

Rendimentos de propriedade – Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança – É a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB) – O produto interno bruto a preços de mercado representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIBpm é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIBpm é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Sector institucional – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Cada unidade institucional pertence a um único setor.

Taxa de investimento – Representa o rácio entre a Formação bruta de capital fixo e o Valor acrescentado bruto.

Taxa de poupança das Famílias – A taxa de poupança mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível, ajustado com a variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões.